

# Mato que vira mar, mar que vira mato: o território em movimento na vila de pescadores da Barra de Ararapira (Ilha do Superagüi, Guaraqueçaba, Paraná)

JULIANE BAZZO

**resumo** Situada na Ilha do Superagüi, Estado do Paraná (Brasil), a vila de pescadores de Barra de Ararapira abrange um território em permanente mudança. Um processo erosivo natural – originado na chamada barra – impõe a seus habitantes a necessidade de transferência periódica de construções em terra e rotas de pesca. Em 1997, quando da ampliação do Parque Nacional do Superagüi, Barra de Ararapira foi incluída no interior dessa unidade de conservação, cujos limites são dados por coordenadas fixas que pouco combinam com a mobilidade do território do vilarejo. Ocorre assim o choque entre duas racionalidades distintas: de um lado, um grupo de forte vínculo com seu lugar graças ao exercício constante da memória; de outro, uma política pública na qual parques nacionais são espaços de proteção integral, onde a ação humana é vetada para assegurar o futuro do planeta.

**palavras-chave** Povos e comunidades tradicionais. Territorialidade. Meio ambiente. Unidades de conservação. Conflitos fundiários.

O propósito deste artigo é compartilhar reflexões de minha dissertação de mestrado, uma etnografia que buscou investigar a territorialidade da vila de pescadores de Barra de Ararapira, situada na Ilha do Superagüi, município de Guaraqueçaba, litoral norte do Estado do Paraná (Bazzo, 2010)<sup>1</sup>. Os moradores desse vilarejo descendem de imigrantes vindos da Europa entre os séculos 17 e 19, atraídos por programas agrícolas de colonização. Uma vez estabe-

lecidos, esses europeus firmaram matrimônios com indígenas que aqui viviam e, mais tarde e em menor grau, com africanos trazidos como escravos. Os imigrantes e seus descendentes nunca receberam escrituras de propriedade de terra e desenvolveram um direito espacial consuetudinário.

Em 1997, quando houve a ampliação do Parque Nacional do Superagüi – criado pelo Estado oito anos antes –, a vila de Barra de Ararapira acabou englobada pela área natural protegida<sup>2</sup>. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), os parques são de posse e domínio públicos, de modo que espaços particulares inclusos em seus limites devem ser desapropriados e as “populações residentes” reassentadas em locais de condições similares (Brasil, 2000). Se considerado o único documento que subsidiou a extensão das fronteiras da área natural protegida em questão – um parecer emitido pelo Senado Federal em 1996 – não haveria dificuldades em fazer cumprir as determinações de expropriação que o Snuc veio a estabelecer. Diz o parecer que o projeto da lei de alargamento da unidade de conservação abarcava

[...] toda a faixa da praia que havia ficado fora dos limites do Parque Nacional quando de sua criação, amplia[ando] a representatividade ecológica da unidade, pela incorporação de uma área de floresta de planície, a mais ameaçada

formação da Mata Atlântica, e *de toda a porção norte da ilha do Superagüi, a menos habitada*. É essa a principal área de ocorrência de uma das mais novas espécies primatas identificadas no País, o mico-leão-de-cara-preta [...], uma espécie rara que só ocorre naquela região. [...] *Foram já excluídas as áreas das principais comunidades existentes e uma faixa no seu entorno que lhes permita continuar desenvolvendo suas atividades de subsistência. O projeto foi concebido também de forma a não fomentar conflitos de uso da área no futuro* (Brasil, 1996, p. 2, grifos meus).

O conteúdo desse documento nunca foi discutido, sequer comunicado aos moradores de Barra de Ararapira, atualmente a mais populosa vila dentre as sete que estão dentro da unidade de conservação: o censo que efetuei em 2009 indicou a presença de 132 habitantes, distribuídos em 34 famílias nucleares e 45 residências ocupadas na localidade. Seus pescadores e pescadoras somente souberam da existência do parque após a criação definitiva, notícia esta que receberam com perplexidade, afinal, não tinham em mente deixar sua terra natal. Pelo contrário: alguns anos antes, entre 1980 e 1985, os nativos haviam travado uma batalha contra a invasão da Companhia Agropastoril Litorânea do Paraná que, escusamente, negociou com a prefeitura municipal terrenos na região. A empresa pretendia desmatá-los, implantar criações de búfalos e afugentar a população, a fim de instalar, a seguir, um empreendimento imobiliário em meio à bela paisagem local.

A Companhia Agropastoril chegou a derrubar a mata e colocar seus búfalos em alguns vilarejos insulares. Porém, quando chegou a Barra de Ararapira, encontrou uma resistência surpreendente. Mesmo diante dos capatazes armados a serviço da empresa, os moradores da vila abriram uma extensa picada na mata para demarcar suas terras, ao mesmo tempo em que

lideranças locais empreendiam denúncias perante as autoridades. “Essa comunidade foi a única [da região] que deu corpo e alma para defender seu território”, relatou-me Rubens Muniz, que chefiou no confronto os “barreanos”, termo pelo qual ele se refere aos seus conterrâneos. A militância nativa veio incrementar o coro dos ambientalistas que, na época, desejavam criar ali uma área protegida. O cenário forçou então o poder público a tomar providências para expulsão da Agropastoril<sup>3</sup>.

“Logo depois que depus no processo que o Estado moveu contra a companhia e ganhou, a Ilha do Superagüi foi tombada e o parque criado. Não foi feito nenhum estudo prévio, nada nos foi informado”, afirmou Rubens<sup>4</sup>. Neste ínterim, os barreanos se envolveram na busca pelo primeiro exemplar do mico-leão-de-cara-preta (*Leontopithecus caissara*), animal endêmico do local, mediante promessa dos ambientalistas de que a descoberta traria prosperidade ao vilarejo. Contudo, assim que o espécime foi abatido, os pesquisadores o levaram para estudos e nunca mais apareceram. Algum tempo depois, como dito, esse achado incentivaria a ampliação do Parque Nacional do Superagüi e colocaria Barra de Ararapira num novo conflito fundiário, agora tendo como oponente o Estado. “Foi como criar um filho com todo carinho e depois ele se voltasse contra você”, comentou Rubens sobre o impasse que se estabeleceu.

Após o alargamento da unidade de conservação em 1997, tal situação ficou em suspenso por quase dez anos. A primeira chefia do parque explicou-me, numa entrevista concedida em 2009, que se viu de mãos atadas nesse contexto:

Infelizmente, a gente não acompanhou a escolha de que comunidades ficariam dentro ou fora do parque. Muitas vezes, as coisas eram feitas sem a participação das pessoas que trabalhavam

no local. [...] Isso aconteceu numa época em que não havia diálogo entre a parte desenvolvimentista e a parte conservacionista. Então, se você não criasse as unidades de conservação na raça, também não conseguiria [...]. A única forma de proteger a área de empreendimentos capitalistas era impondo e depois se pensava nos problemas. [...] Era uma situação que a gente também não sabia lidar. E, realmente, com base nos anos em que eu já estava trabalhando, observei que essa comunidade não iria sair de lá e que a gente não poderia fazer alguma coisa como prevê o Snuc, um reassentamento. [...] A outra situação seria a indenização. Mas eles não têm documento da área. São posseiros, embora sejam considerados posseiros de boa fé e legítimos. Então, seria algo muito frio da nossa parte se fizéssemos isso, porque as casas deles não têm um valor com o qual pudessem comprar uma nova em outra comunidade. [...] Então, a nossa postura foi essa, a gente não chegou a implantar nenhuma dessas ferramentas que poderiam levar à saída deles da área [...].

Em 2006, sob nova administração, o parque teve seu conselho consultivo criado, órgão que, conforme prescreve o Snuc, deve reunir representantes de órgãos públicos, das “populações tradicionais residentes” e de organizações da sociedade civil atuantes no local, com o intuito de discutir as questões afetas à unidade. No mesmo ano, houve a primeira reunião do conselho, quando veio à baila a questão do Termo de Compromisso – mecanismo resultado da regulamentação do Snuc, cujo objetivo é normatizar as condições de permanência dos que vivem no interior de uma área de proteção integral enquanto não ocorre a desapropriação (Brasil, 2002). Nessa ocasião, Barra de Ararapira foi a eleita, dentre as localidades em tal situação, para a realização de um levantamento de dados que subsidiaria a elaboração desse documento. A escolha justificava-se, segundo consta

em ata, pelo fato de a vila posicionar-se como “[...] a principal comunidade local inserida nos limites do parque e devido a sua história de envolvimento pró-criação do Parque” (Ibama, 2006a, p. 3).

Questionei Rubens, enquanto destacada liderança barreana, sobre a veracidade de tal argumento. Ele explicou-me que a afirmação baseava-se na defesa nativa da fauna e da flora do lugar quando da invasão da Companhia Agropastoril, mas que, a despeito disso, nunca houve apoio aberto ao parque, porque os moradores não souberam da iniciativa antes que se concretizasse. Assim, diante da proposta do Termo de Compromisso, Rubens mais uma vez ocupou a dianteira na defesa territorial e comunicou às autoridades que ninguém na vila assinaria documento algum. Dessa maneira, a ata da reunião seguinte do conselho registrou o abandono do Termo de Compromisso, haja vista que “[...] o mesmo requer definir a data de saída da comunidade” (Ibama, 2006b, p. 5). Em 2007, pouco antes de deixar a administração, a pessoa então responsável pela gerência do parque relatou-me ainda estar recebendo pressão de superiores para a efetivação do termo em Barra de Ararapira. Ciente da oposição dos habitantes, disse-se sem coragem de fazê-lo: “Não sei o que dizer a eles”.

A chefia que se seguiu – e permanece até os dias de hoje – concentrou esforços para viabilizar recurso advindo de compensações ambientais empresariais para a efetivação do plano de manejo da unidade, atrasado quinze anos em relação ao que prevê o Snuc. Trata-se de um documento que estabelece o zoneamento da área, suas normas de uso e o manejo de seus recursos naturais – sem ele, um parque nacional, que tem a visitação entre suas finalidades, fica fechado. Em 2009, numa reunião do conselho na qual estive presente, houve o anúncio de que o montante financeiro destinado ao plano havia sido obtido. A expectativa agora é pelo

início da elaboração do documento. Nesse processo, a administração atual, conforme me foi declarado em entrevista, não tem em mente indicar a retirada de nenhuma das coletividades que habitam o interior do parque: por agora, existe o entendimento de que a remoção traria mais problemas sociais que a permanência. “Nós temos consciência de que, sem os moradores locais, o trabalho de fiscalização seria impossível. Hoje, são eles que nos avisam sobre a chegada de estranhos, coisa que de outro modo nem ficaríamos sabendo”, ponderou a chefia.

Percebe-se, nesse apanhado histórico, a configuração de um “*double bind*” (Ramos, 1998, p. 289): nativos que arriscaram suas vidas na defesa de um território, foram peça-chave na descoberta de uma nova espécie e deram assim apoio indireto à causa ambientalista, têm seu espaço englobado por uma unidade de conservação, baseada numa norma que considera a ocupação deles ilegal. A autora (Op. cit., p. 289) se apoia no conceito batesoniano para afirmar que “*The double bind that pulls the country between a humane ideology and a quest for modernity is reflected in the schizophrenic treatment the nation dispenses to its ethnic minorities [...]*”. Esse conceito pode ser aplicado a minorias nacionais como os pequenos pescadores em questão aqui. Trata-se de uma estratégia de controle tão ou mais vigorosa que um conflito aberto – neste último, os dissidentes ainda são suficientemente considerados para ser combatidos, diferentemente do que ocorre num caso de “*double bind*”.

Em minha convivência com ambientalistas – inclusive trabalhando numa organização não-governamental conservacionista por quase três anos, antes da realização da presente pesquisa – percebi como parte de seu discurso corrente a afirmação, para eles incontestes, de que pessoas e lugares estão dentro de áreas naturais legalmente protegidas. A crença de que a antropologia pode inverter essa premissa foi o

que me motivou a uma etnografia em Barra de Arapira com foco na problemática da territorialidade. Este último termo é aqui utilizado em conformidade com a acepção proposta por Little (2002, p. 3), que define territorialidade “[...] como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou *homeland*”.

Embora a tradução de *homeland* associe-se à palavra ‘pátria’, o autor não pretende com seu emprego referenciar o Estado nacional; quer sim indicar que o Brasil abriga, no espaço sob sua jurisdição, diferentes territorialidades, responsáveis por configurar identidades variadas para diversos grupos sociais. Essa concepção, indubitavelmente, causa estranheza ao direito brasileiro, no qual o conceito de território é relativo única e exclusivamente aos limites do Estado-nação. Diferentes espacialidades colocam em xeque ideias caras, como soberania e nacionalismo. Por conta disso, é dificultoso ao poder público reconhecer a autonomia de tais grupos no âmbito de sua estrutura fundiária<sup>5</sup>. Conforme lembra Mauss (1993 [1967]), embora o costume seja preexistente e gerador do direito, mostra-se mais interessante ao projeto de controle territorial estatal operar com a ficção de que leis e títulos de propriedade são os que traduzem a verdadeira natureza de ocupação de um dado espaço.

O ponto de partida para minha pesquisa foi, portanto, o conflito socioambiental antes relatado. Que elementos estavam em jogo neste forte laço que os moradores do vilarejo demonstravam manter com seu lugar? Foi na procura por respostas a essa pergunta que incursionei pelo território barreano, com o objetivo de traçar a sua “cosmografia”, que pode ser delimitada, segundo Little (Op. cit., p. 03) por cinco itens: regime de propriedade, história de ocupação guardada na memória coleti-

va, vínculos afetivos espaciais, uso social dado ao território e mecanismos de defesa dele. Lá, encontrei um espaço deveras peculiar, cujo diacrítico fundamental é o movimento. Uma característica que contrastava radicalmente com as coordenadas fixas que conformam um parque nacional.

## Em busca da barra

Barra de Ararapira está localizada no extremo norte da Ilha do Superagüi, área de fronteira entre os litorais dos estados do Paraná e de São Paulo. O acesso ao vilarejo é inevitavelmente marítimo. Para chegar até ele, zarpando em território paranaense, há duas alternativas de trajeto possíveis e, em ambas, é preciso ultrapassar barreiras ambientais<sup>6</sup>. A mais rápida, porém mais perigosa, se dá por oceano aberto, cuja denominação nativa é *mar de fora* ou *mar grande*. Por esse caminho, alcança-se a localidade após vencer a chamada barra, desembocadura de encontro do oceano com um braço de mar – nesse caso, o Oceano Atlântico e o Mar de Ararapira. Logo, qualquer semelhança de nomenclatura entre tais pontos geográficos e a designação da vila de pescadores não é mera coincidência<sup>7</sup>.

A barra caracteriza-se pela presença de bancos de areia redutores da profundidade marítima e geradores de forte arrebentação, que muito dificultam a passagem de embarcações. Esses reservatórios de areia, além disso, não são fixos. Seu constante movimento altera periodicamente a conformação da desembocadura e, em decorrência, modifica o território do vilarejo próximo, por intermédio de um processo erosivo que obriga os moradores a transferir, de tempos em tempos, suas casas, construções e rotas de pesca. Uma conjuntura natural, sua previsibilidade completa não é possível<sup>8</sup>. A areia que sai da Ilha do Superagüi incrementa

a vizinha Ilha do Cardoso, em São Paulo, onde os habitantes também enfrentam os percalços da intensa dinâmica costeira.

Para evitar a barra, resta o trajeto pelo mar de interior – denominado pelos nativos de *mar de dentro* ou *rio* –, percurso mais longo, todavia, de maior segurança. Exige atravessar todo o Canal do Varadouro, obra concluída em 1955, com o objetivo de ligar a Baía de Paranaguá, no Paraná, à Baía de Trapané, em São Paulo. Tal intervenção transformou o território de Superagüi numa ilha artificial (Von Behr, 1997). Para se ter uma ideia do distanciamento, calculado sempre em relação aos centros urbanos mais próximos – os municípios de Guaraqueçaba (PR) e de Cananéia (SP) –, os próprios barreiros costumam referir-se à vila, jocosamente, como o “fim do mundo”.

O que convence pessoas a permanecer em um lugar de difícil acesso geográfico, cuja paisagem se transforma constantemente? Visualizar economias sendo levadas pela maré que atinge residências, edificações e embarcações parece ser, aos olhos leigos, um bom motivo para encontrar outro local de moradia. Os nativos, entretanto, não pretendem deixar Barra de Ararapira, um espaço escolhido, não por acaso, por seus antepassados para viver. Como lavradores-pescadores, esses ancestrais buscavam dois elementos fundamentais: terras férteis e águas piscosas. Para configurar essa segunda condição, havia apenas um jeito: aproximar-se da barra, onde o encontro do mar de interior com o oceano determina a abundância de peixes, em número e espécies.

Relatos de história oral indicam que os ascendentes dos atuais habitantes vieram do litoral de São Paulo e, especialmente, do chamado *Caminho da Ararapira* – trecho de floresta que separa Barra de Ararapira de Ararapira, esta última uma vila hoje desabitada da Ilha do Superagüi, mas de passado próspero<sup>9</sup>. Os ancestrais moravam ao longo desse caminho porque, an-

tigamente, a barra era próxima dali. Naquela época, não existia ainda um volume expressivo de famílias a ponto da localidade ser considerada uma vila. Desse local, a barra prosseguiu em seu eterno movimento, em direção ao sul. Periodicamente, a desembocadura se fechava, para logo abrir em outro ponto mais adiante, com novo formato.

Nessa trajetória, tudo o que ficava para trás, antes praia, virava mangue, enquanto aquilo que se encontrava à frente, de mangue, passava à praia. Manguezal é sinônimo de avanço de mosquitos, o que torna – advertem os nativos – o assentamento humano nos arredores bastante complicado. Diante disso, para lugares de moradia adequados e pescarias bem-sucedidas, a opção era desmontar as casas de madeira e remontá-las onde a barra havia parado. Nesse meio tempo, os núcleos familiares cresceram, aglutinaram-se e o conjunto passou a ser denominado Barra de Arapira.

Ali, essas pessoas constituíram um sistema territorial de direitos combinados, que até hoje equilibra o uso comum do território para labor, com regras de apropriação privada às casas e quintais, sob a regência da reciprocidade entre parentes, compadres e vizinhos, um ordenamento apontado por Almeida (2008) como típico de grupos rotulados por “tradicionais” no país. Em Barra de Arapira – local que permanece estritamente católico apesar do avanço protestante por sua redondeza – há o entendimento de que o dono maior do território é Deus, que o oferece como dádiva apoderada por trabalho humano. Nesse contexto, os nativos nunca tiveram certidões cartoriais de propriedade de terra e isso nunca foi a eles uma preocupação. Da parte governamental, porém, tal situação é de caráter flutuante desde a Lei de Terras de 1850, que pretendia abolir as sesmarias e posses outrora incentivadas pela coroa portuguesa para povoar o solo brasileiro. Todavia, apesar da legislação, a maior parte das áreas

de colonização europeia antiga – caso de Barra de Arapira – não foi medida, nem demarcada, tornando-se, do ponto de vista oficial, de ocupação ilegal.

Os desbravadores do território barreano foram os primeiros a visualizar de perto os potentes efeitos da movimentação da barra. A essa espécie de evento, Rubens faz referência em um manuscrito de sua autoria sobre a história do vilarejo:

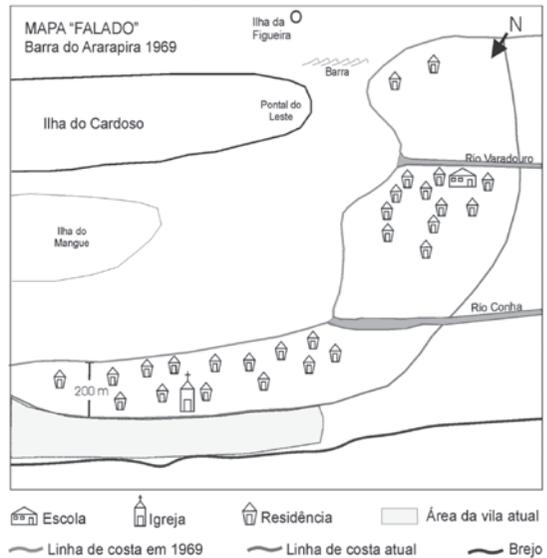
[...] 18 de abril de 1996. Data quando comecei a observar e escrever a história de Barra de Arapira. A grande mudança característica do seu visual [...] que transforma cada dia diferente a imagem da Barra que já mudou mais de 30 vezes de 1938 a 1965. A erosão [...] motivado [sic] por uma grande força de correnteza de água. A maré de vazante formada por grande reveça [ressaca] de maré fazia enormes danos na mata que nós chamávamos de comida de bicho. Nós não imaginávamos o que podia ser aquilo, era tão feio, a reveça ia comendo mata adentro, tinha dias que chegava a comer uns 70 metros, com uma profundidade de 4 a 5 metros. [...] Não dá pra acreditar, mas é verdade (Muniz, s/d)<sup>10</sup>.

Até hoje, os enormes barrancos que a maré derruba são chamados de *comedio* porque, a princípio, acreditava-se na existência de um enorme tatu que, ao se movimentar e alimentar subterraneamente, causava todo o estrago. “Uma pessoa que morava na Praia Deserta [praia próxima à vila] contava que, certa vez, acostou o casco do tal tatuzão; essa pessoa dizia que era do tamanho de uma casa”, recordou Rubens com graça. Nos dias atuais, os habitantes compreendem o *comedio* como decorrência da erosão, mas o fenômeno não deixa de intrigá-los como antes. “Outro dia, ali na ponta do Leste [vila de Pontal do Leste, na Ilha do Cardoso], estava despencando, dava pra ver daqui, fazia o maior barulho”, contou-me o

casal Maria Creuza e Santiro Pires. Porém, é na *boca da barra* – termo nativo para designar a fronteira entre o mar de interior e o grande oceano – que o processo pode ser visualizado com toda a sua força: “A gente passa por ali e vê aqueles grandes barrancos caindo”, afirmou o pescador Fabio Santana.

Presentemente, o evento natural também enleia a ciência, que procura mapeá-lo; mas, a despeito de todo seu aparato, não consegue prevê-lo ou controlá-lo com exatidão. O geólogo Rodolfo Angulo (2004) aponta que a erosão eliminou, entre 1953 e 1980, cerca de 120 hectares da vila, o equivalente a 120 campos de futebol de medida máxima. Segundo o oceanógrafo Marcelo Müller (2007), na década de 50, boa parte do vilarejo encontrava-se entre os rios do Conha e do Varadouro, ainda mais perto de onde atualmente está a barra, na altura da Ilha da Figueira<sup>11</sup>. Essa grande proximidade forçava a contínua realocação das construções. A mãe de Rubens, Maria Madalena Ramos – na casa dos 80 anos, a mais idosa mulher da localidade – relatou que, ao se casar, estabeleceu-se com o marido em tal área, onde sua residência era transferida quase todo ano. “Uma das casas amanheceu na beira do barranco com a gente dentro”, lembrou-se Izabel Muniz, filha de Maria Madalena.

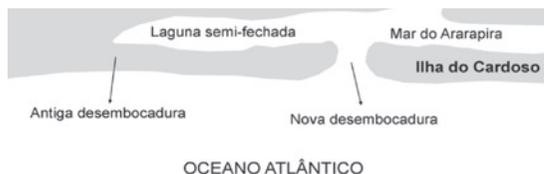
Por conta dessas dificuldades, explica Müller (Op. Cit.), o conjunto dos habitantes foi se deslocando para o norte, na orientação onde hoje se situa o vilarejo, em busca de um trecho territorial menos impactado pela erosão. Em uma expedição, ele acompanhou a construção de um mapa em que os moradores procuraram desenhar como era a vila em 1969 – o espaço que ocupava nesse ano já foi totalmente carregado pelas águas. A figura, reproduzida pelo pesquisador, traz uma comparação com a atualidade, pela qual se percebe que o mar avançou violentamente sobre área mais povoada nos anos 50 e cerca de 200 metros em direção ao território atual:



Maria Madalena contou-me agora estar há 18 anos numa mesma casa. Porém, Rubens, filho dela, vive no local mais atingido pela erosão hoje: ali, o mar avançou 143 metros entre 1980 e 2007. Marcio Muniz, um dos filhos de Rubens, por sua vez, constituiu residência com sua esposa numa área que, antes, era mar: no mesmo intervalo acima, esse trecho ganhou 170 metros de terra (Müller, Op. Cit.). O movimento, dessa maneira, nunca cessa e se manifesta diferentemente ao longo do espaço: isso pode significar aos residentes sossego por algum tempo, mas não os permite jamais suspender tal conjuntura.

A maior parte da areia retirada pela erosão da Ilha do Superagüi, no Paraná, incrementa, como falado, a Ilha do Cardoso, em São Paulo, mais especificamente as proximidades da vila de Pontal do Leste, vizinha de Barra de Ararapira. Nos últimos dois anos, essa área cresceu 130 metros, no sentido sudoeste<sup>12</sup>. Entretanto, é em Enseada da Baleia, outro vilarejo da ilha paulista, que se situa um ponto central do processo. Ali há uma porção de restinga muito estreita, na qual a erosão, mesmo menos intensa que no Paraná, tem forçado a ruptura. Dessa maneira, prevê-se, nessa altura, a abertura da

próxima barra. Segundo estudos de Müller et al. (s/d), esse trecho que em 1980 tinha 100 metros de largura, já chegou a decrescer para 17. O surgimento da nova barra – que dará lugar à atual aberta há 25 anos – é ilustrado no esquema de Müller (2007):



O prognóstico é tanto de nativos quanto de cientistas que, nos últimos anos, vêm dialogando sobre a dinâmica da barra. Explicou-me Rubens: “A erosão sempre aconteceu e é imprevisível. Para resolver mesmo, o professor Angulo me disse, só com uma grande obra de dragagem” – empreendimento um tanto impensável para uma área hoje unidade de conservação de proteção integral. Müller, da mesma equipe de pesquisa que Angulo, comentou comigo num e-mail em 2008: “Nas diversas vezes que estive na [Barra de] Ararapira, seja por pesquisa ou turismo, pude sentir como a erosão mexe no cotidiano e no imaginário das pessoas que moram ali. Elas têm uma noção muito boa de como funciona a dinâmica costeira, quais são os principais processos que interferem na erosão, etc.”.

Enquanto mais uma barra não se abre com uma nova perspectiva, os moradores procuram se proteger das decorrências erosivas. Em noites de tempo ruim associado às chamadas *marés de lua* – volumosas em água, típicas das luas nova e cheia – Rubens não dorme: patrulha e ora ao redor de suas propriedades, construções de alvenaria, que não podem ser mais facilmente transferidas como as de antigamente, de madeira. A casa, Rubens já mudou de lugar uma vez; seu bar, três vezes; a pousada – onde fiquei hospedada durante o trabalho de campo – foi montada com tijolos, trazidos um a um por

ele e pelos filhos, de uma propriedade anterior. Às vezes, Rubens pernoita na casa de seu filho Marcio, onde o vultoso barulho da *maré de lua* batendo no barranco não chega a suspender seu sono. O meu, confesso, interrompeu e não foi agradável; uma vez acordada, podia também ouvir os passos de Rubens. Disse-me certa vez sua esposa, Hilda Pires: “Ele até já fez uma prece à Nossa Senhora Aparecida para que lhe livrasse desse medo tão grande”.

Uma cena comum fez parte de diversas das minhas manhãs, ao deixar o quarto que ocupei na pousada de Rubens: visualizava-o, pra lá e pra cá, com um carrinho de mão cheio de terra trazida do *mato*, termo que os nativos usam para denominar a floresta. O destino: dar estabilidade a um muro de contenção que ele mesmo construiu. Quando a ideia surgiu, muita gente riu da iniciativa de Rubens; no final de 2009, os moradores em conjunto decidiram construir um muro semelhante em frente ao posto de saúde, igreja e escola, edifícios de alvenaria, próximos uns dos outros, naquela época cerca de 15 metros da maré. Não obstante, todos estão cômicos de que é inevitável a transformação de seu território – “uma terra que o mar está comendo”, como me falou a moradora Valmira Pires. “É por isso que eu não acredito nessas coisas de aquecimento global, mudanças climáticas. No passado, havia marés muito maiores que hoje. A gente ia de canoa colher mandioca na roça”, comentou comigo Rubens. “Tudo está sempre mudando, é a natureza”, completou.

### A barra como “fato social total”

Os índices do processo erosivo, portanto, estão em toda parte: enquanto edificações se equilibram nos barrancos, plantas vão perecendo pelo aumento da salinidade, árvores enormes tombam, imensos bancos de areia se formam,

mangues se transformam em praia e vice-versa. Em virtude disso, realocam-se não só as construções em terra, mas também as rotas de pesca. Nessas mudanças, remexer o solo pode trazer surpresas como ossadas de baleia, indicadoras de que, no local onde a vila está hoje, já existiu um oceano profundo, próximo do qual os antepassados vinham pescar. “É mato que vira mar e mar que vira mato”, resumiu para mim a moradora Maria Luzia da Cunha. “A maré destrói e depois constrói. Quem sabe um dia a gente esteja morando lá”, disse-me Santiro, ao indicar um ponto no meio da baía em frente à vila. Foram essas frases curtas, porém carregadas de significado, que me fizeram compreender a importância primordial da barra: se sua dinâmica desmonta o território, também é ela que o conforma. A barra constituiu ponto de partida para essa etnografia da territorialidade porque só por intermédio dela torna-se possível pensar o restante: das águas piscosas vêm, como obra divina, o alimento que reproduz a família que, por sua vez, agradece pelo sustento diário e roga por proteção, para trazê-lo no próximo dia, quando o ciclo recomeça.

O olhar para a barra permite estabelecer, como Woortmann (1990) observou para as sociedades camponesas, as “categorias nucleantes” dessa coletividade, nunca independentes uma da outra, mas sempre relacionais: o território, a família e o trabalho. A ressalva aqui é que o território precisa ser entendido, conforme aponta Maldonado (1993) para as sociedades marítimas, como uma articulação entre “dois meios”, terra e mar. Além disso, em Barra de Arapira, a religiosidade deve ser acrescida a tais categorias que, segundo Woortmann (op. cit.), espelham “valores e princípios organizatórios centrais” como a hierarquia, a reciprocidade, a honra e a liberdade, responsáveis por desenhar uma “ordem moral” ao grupo.

Logo, é por conta desse lugar central ocupado pela barra que se torna crível posicioná-la

como um “fato social total”. A inspiração para a interpretação no sentido maussiano vem da etnografia de Mello e Vogel (2004) com pescadores do povoado fluminense de Zacarias, que trabalham na Lagoa de Maricá, onde a piscosidade também é garantida pela comunicação de uma barra com o mar. Conforme observam os autores, a barra aberta é, em última instância, sinônimo de “celebração da vida” – a vida das águas, a vida das famílias pescadoras, a vida do próprio povoado, a criação divina em repetição. Sendo assim, o contrário também se mostra verdadeiro: a ausência da barra significaria o inexorável definhamento do todo, concomitantemente natural, humano, social e sobrenatural. Parafraseando Mello e Vogel (Op. Cit., p. 374), os pescadores da vila por mim estudada não apenas trabalham na barra, eles são com ela; e, além disso, “[...] não podem ser, de modo adequado e pleno, senão com a Providência”. É a identidade deles que se constitui, dramaticamente, junto com a movimentação da barra.

A dupla de autores relata que, entre seus nativos, há o entendimento da abertura de barra como uma cópula: a lagoa (mãe) se abre (relação sexual) ao pai (mar) para o ingresso da criação (vida). A barra é visualizada como um “ser vivo e autônomo”, capaz de desencadear, em todos, imaginações, reflexões, comentários, comparações, ânimos e ações. Esse tipo de inventiva “descrição antropomórfica” para o comportamento da desembocadura se manifesta também no contexto por mim analisado, quando os moradores de Barra de Arapira se referem à *boca da barra* e ao seu *comedio*, abordados anteriormente.

Trata-se de uma “ecologia complexa” que permite falar na existência de uma “estrutura de localidade”, noções advindas da etnografia de Leach (1971) em Pul Eliya, vila de camponeses do antigo Ceilão, onde a organização em torno de um tanque, a fim de vencer a escassez

de água, posicionava-se como essencial para explicar a continuidade do grupo. Ou seja, enquanto as pessoas passavam, o mesmo cenário territorial permanecia. Para Leach (op. cit.), há uma realidade objetiva, como também uma sociedade; mas esta, porém, não é uma “coisa” comparada em pé de igualdade com o ambiente material e sim “uma maneira de organizar a experiência”. Em Pul Eliya, um tanque; em Barra de Ararapira, uma barra; em ambas, vínculos sociais estabelecidos em torno de fatos ecológicos inescapáveis.

Tal ordenamento especial do espaço se dá de maneira totalmente experiencial, baseado no que Certeau (2007 [1980]) chama de “artes de fazer do cotidiano” (falar, caminhar, ler, cozinhar, limpar, costurar, habitar, etc.). São práticas pautadas em um “saber cognitivo”, um “saber não sabido”, assimiladas de geração em geração, por sujeitos que atuam não como proprietários e sim como locatários. Essas “maneiras de fazer” constituem a própria condição da existência do saber técnico e erudito; entretanto, por não possuírem “*copyright* tecnológico”, não raro são vistas como ilegítimas pela “racionalidade produtivista”. Esta última opera a partir de “estratégias” de controle e dominação do conhecimento, enquanto as primeiras atuam por intermédio de “táticas” que se aproveitam inteligentemente do poder intrínseco às contingências do mundo, de modo semelhante ao verificado no fazer artístico e na construção mítica.

As “artes de fazer” são formas de perceber, organizar e refletir sobre a experiência humana que consideram todas as potencialidades do que Peirce (1955) denominou de “secundidades” em sua fenomenologia. Trata-se do âmbito da percepção que abrange todos os eventos contextualmente delimitados a partir de uma vivência direta com o mundo sensível. Sendo assim, os “índices” aparecem como seus signos representantes. A paisagem constantemente

transformada em Barra de Ararapira está repleta deles e é a partir de sua observação intermitente e perspicaz que os moradores explicam como era o território do passado, interpretam as mudanças do presente e especulam sobre o futuro. Isso os permite até mesmo antever certas modificações e prevenir-se como julgam conveniente.

Na esteira da análise peirceana, Daniel (1996) – ao etnografar as relações entre trabalhadores de regiões produtoras de chá no Sri Lanka e os colonizadores ingleses – mostra como a maneira de perceber o mundo dos primeiros, fundada sobretudo no plano das “secundidades”, choca-se fortemente com a imposta pelos segundos, baseada prioritariamente em “símbolos” do âmbito da “terceridades”. A etnografia em Barra de Ararapira revela um confronto similar, pois em meio aos “índices” nativos visualiza-se uma série de símbolos estrangeiros em operação. Entre eles, o que Daniel (Op. Cit.) chamou de “medidas de precisão”, arcabouço da ciência moderna que pauta a elaboração das leis ambientais.

## A “territorialidade marítima”

A barra é, por conseguinte, o eixo central para compreender a territorialidade na vila em questão, porque influencia a ordenação espacial tanto em terra quanto no mar. Desse modo, constitui-se a partir dela o que Maldonado (1993) conceituou como “territorialidade marítima”, ideia pela qual a autora quer demonstrar que, por trás da aparência de indivisão morfológica, o oceano é roteirizado de acordo com as particularidades de cada grupo social que com ele convive. Tal demarcação guarda fins práticos num lugar como esse, em que pescadores disputam, ainda que não abertamente, recursos entre si, mas não possuem completo conhecimento e controle ambien-

tais. Com esse mapeamento, eles procuram fazer frente à competitividade, controlar o risco e mitigar a imprevisibilidade, fatores inerentes ao seu ofício. Não obstante, a delimitação de um território marítimo guarda intenções para além da utilidade: possui, conforme propõe Silva (1989), o propósito de classificar seres e eventos que compõem o universo pescador.

Nesse sentido, há em Barra de Ararapira um acontecimento que incrementou o ordenamento da espacialidade oceânica tal como se apresenta hoje: a chegada ao vilarejo, especialmente a partir dos anos 80, dos barcos a motor. Ao permitir transpor a barra e avançar no mar aberto, a embarcação motorizada determinou o aprofundamento da experiência dos pescadores com esse elemento natural, de uma forma que não se mostrava possível antes com as canoas a remo. Nessa época, que os barreanos denominam *tempo de primeiro*, cada família precisava manter sua roça, de maneira a complementar o parco rendimento do peixe seco, que só nesse estado resistia às grandes distâncias atravessadas a remo, para praticamente ser trocado nos centros urbanos por artigos não disponíveis no vilarejo, como açúcar, café e tecido. Com a popularização dos barcos a motor – adquiridos graças a suadas economias dos pescadores – a lavoura foi sendo abandonada. No *tempo de agora*, como dizem, não é mais necessário plantar, porque a motorização fez crescer a renda, já que torna possível a rápida comercialização, a dinheiro, do peixe fresco nas cidades<sup>13</sup>.

O ingresso dessa novidade propiciou-me enxergar, inspirada na etnografia de Silva (Op. Cit.), o território nativo como uma “hierarquia” à moda dumontiana, visão capaz de desmontar o senso comum de que a inovação tecnológica por si só desestrutura as ditas culturas “tradicionais” – falaciosa argumentação ambientalista que tem justificado a implantação de unidades de conservação sobre suas espacialidades singulares. As verdadeiras “hierarquias”,

por conseguinte, não são estruturas imutáveis de seres organizados sob uma ordem decrescente de importância, como aquelas intentadas ao extremo pelos totalitarismos modernos; são sim conjuntos por definição reversíveis e integradores, de potencialidade interminável para a diferenciação diante das contingências, desde que seu “valor” ordenador maior seja mantido.

Em Barra de Ararapira, o barco a motor não somente manteve o “valor” absoluto que organiza espaços no mar e em terra, como ampliou o envolvimento dos nativos com ele. No vilarejo, o Divino é quem determina a territorialidade e expressa tal poder por intermédio das manifestações da natureza, entre as quais o vai-e-vem da barra representa o ápice. Nesse contexto, a inovação tecnológica é também obra da Providência e não está acima dela. Pode-se dizer que a barra opera a exemplo dos mediadores míticos de Lévi-Strauss (s/d [1955]): ao ultrapassá-la, os pescadores relacionam-se ainda mais intensamente com o incerto, o que configura cenário propício a uma profunda reflexão acerca dos dois extremos da trajetória humana, a vida e a morte, cujo destino, para eles, está inevitavelmente associado aos desígnios de Deus. Em terra, o *mato* aproxima-se do mar quanto ao caráter misterioso, entretanto, a floresta ainda pôde ser melhor apreendida pelos nativos nas plantações.

Sendo assim, a barra faz hoje, mais do que nunca, a vez de uma dobradiça entre os dois domínios principais da territorialidade marítima em Barra de Ararapira. Na vila, não é raro perguntar por um pescador e receber a resposta econômica: “Está pra fora”. A frase se refere ao *mar de fora* ou *mar grande*, sinônimo de oceano aberto, situado para além da barra. Oposto a ele, aparece o *mar de dentro* ou *rio*, que é o mar de interior, aquém da barra. A atual familiaridade dos habitantes da localidade com o canal construiu-se aos poucos, quando eles – ainda não conhecedores da embarcação a motor –

tomavam as canoas a remo e se dirigiam do *mar de dentro* à *costa*. Domínio que antecede a barra, a *costa* constituía naquela época um dos espaços mais fartos de pesca. Para além dela, era perigoso avançar, pois o tamanho das ondas e o risco de naufrágio aumentavam. Não foram poucos, porém, os que viraram na *costa*, passaram apuros e, felizmente, saíram vivos para contar as histórias.

Mas não havia só dificuldade. “Era muito divertido, a turma toda reunida, a gente jogava futebol, baralho, dançava, as moças passeavam na praia, isso nas horas vagas, quando não estávamos pescando” – foi assim que Santiro me descreveu os antigos acampamentos que se formavam nas safras de tainha. Um relato com um brilho nos olhos e um sorriso nos lábios que me ajudou a imaginar a grande movimentação desses períodos, durante os quais as pessoas moravam em ranchos de pesca, habitações temporárias que permitiam a elas – e às canoas a remo – ficarem mais próximas da barra durante a temporada desse peixe que, ainda hoje, é buscado com vigor. Nesse *tempo de primeiro*, solitariamente, os barreanos foram desvelando a barra, em momentos que não eram apenas de trabalho, mas sobretudo de sociabilidade.

No *tempo de agora*, isso se reflete no verdadeiro patrimônio que é o conhecimento acumulado sobre a desembocadura pelos habitantes do lugar. “A gente conhece até a distância que as ondas da barra vão arrebentar, por isso conseguimos atravessar”, falou-me Ademilson Pires, de 33 anos, que começou a “pegar no pesado” em torno dos dez. A intimidade é tamanha que quem mora em Barra de Arapira “sai para fora na certeza”, como me disse João Pires. Da porta de suas casas, os pescadores visualizam a desembocadura e já sabem se está seguro ou não trabalhar. Logo, além da diversidade pesqueira, residir próximo da barra reverte-se em economia de tempo e dinheiro. Moradores de vilas vizinhas, que praticam também pesca

em mar aberto, não têm essa vantagem: devem deixar a terra e gastar combustível para, no oceano, fazer igual avaliação.

Mesmo assim, a desembocadura permanece artilosa e surpreendente. “Ainda hoje, com a experiência que a gente tem, sinto um friozinho na barriga naquela quebraça [ondas da barra] que levanta e depois faz a embarcação bater na água com toda força”, disse-me o pescador Celio Santana. Esse misto de conhecimento e respeito é que vai organizar um “referencial marítimo” (Adams, 2000), que começa a ser composto no *mar de dentro* com as canoas a remo e se alastra, para além da barra, no *mar de fora* com as embarcações motorizadas.

## O desenvolvimento do “referencial marítimo”

Se por um lado os barcos a motor permitiram aos pescadores da vila acesso ao *mar de fora*, por outro geraram uma dependência ainda maior deles em relação à barra. Com a canoa motorizada, embora dificultoso, ainda é possível o ingresso ao oceano pela *costa*, mas com o bote, por este exigir maior profundidade, inexistente outra opção a não ser o canal. Mais que nunca, portanto, esses trabalhadores estão atentos aos humores da desembocadura de acordo com o clima de cada período do ano, acompanhado hoje tanto pela experiência secular acerca das cores do céu, do andamento das nuvens, do barulho do mar, das correntes de água, do comportamento dos animais, entre outros elementos sensíveis, quanto pelas previsões meteorológicas transmitidas pela televisão e pelo rádio.

O cotidiano do pescador é sobremaneira influenciado pelas luas, marés e ventos: esses três elementos determinam se ele vai ao mar, onde trabalhará e que instrumentos empregará. Um vento nordeste mostra-se ideal para se dirigir

ao oceano, enquanto o sul, nos dizeres locais, “arruína o tempo e faz fracassar a pescaria”. Vento sul, brincou uma nativa, é “ventilador de pobre” e, na sua presença, resta jogar um carteadado e esperar o cenário melhorar. Entre um jogo e outro, os pescadores se amontoam na beira dos barrancos, de olho na barra, para verificar se houve mudança na situação. Se for dia de maré grande, *de lua*, os temores aumentam, pois avisa o dito popular: “trovoada na lua nova, a esperança se desova”. Não raro acontece de terem suas redes, que haviam sido deixadas no mar, carregadas pelas águas ou de as encontrarem repletas de peixes já apodrecidos – a catinga é tanta que afasta então as espécies vivas. Azar e prejuízo sem tamanho.

Por outro lado, noites claras de lua nova ou cheia, com clima ameno, são excelentes para pescar – sobretudo a sororoca no inverno, segunda espécie mais buscada na estação depois da tainha – pois o peixe não enxerga a rede e logo *malha*, ou seja, encosta nela. O verbo ‘malhar’ refere-se à *rede de emalhe*, principal petrecho de pesca barreano: este é instalado no hábitat da espécie desejada e, sem interferência de qualquer outro instrumento tecnológico, retirado após a captura. Nas luas crescente ou minguante, contudo, há um brilho na água que os pescadores chamam de *ardentia* – ele faz a rede ser percebida e o peixe custa encostar, ou seja, fica *luxento*.

Por conseguinte, se as condições meteorológicas favorecem, há épocas em que os pescadores podem dormir mais nas embarcações que em casa, noites a fio trabalhando pesado. Se o resultado da pescaria for bom, vira notícia, na vila e fora dela – um tipo de novidade que as pessoas divulgam entre si, pelo rádio amador, pelo telefone. Mas o tempo é danado e pode virar a qualquer momento: diz outro ditado que “mar é igual bumbum de criança, uma hora está de um jeito, na outra já mudou”. Por isso, configura-se grande gafe desejar boa sorte antes

de uma pescaria – não se deve dizer nada, do contrário, há grande chance de malogro.

“Pescar fora é sempre um risco. A gente sai com gosto, pensando em ir e voltar com Deus. Mas muitas vezes é preciso pensar rápido, é salvar ou perder a vida”, comentou comigo João. Desse modo, todos os pescadores têm suas próprias histórias de perigos que já enfrentaram – tormentas, tornados, trombas d’água. E possuem suas entidades religiosas preferidas para invocar nesses momentos em que, muitas vezes, nada se pode fazer a não ser ajoelhar-se na embarcação, para proteger o corpo e rezar. A mais lembrada nessas horas é, segundo os barreanos, Maria, a mãe de Jesus Cristo.

Santiro, que costuma fazer anotações diárias de tempo e maré, relata pescarias dele com os filhos de, por exemplo, mais de 300 quilos; porém, também registra até três meses seguidos sem possibilidade de ir ao oceano (Pires, s/d)<sup>14</sup>. Ele bem resumiu numa única frase tudo que tentei explicitar acima: “Pescaria é como um jogo”. Um jogo que, em Barra de Ararapira, aumentou seus rendimentos, mas também sua complexidade com o acesso ao *mar de fora*. O espaço pesqueiro se ampliou e, com ele, refinaram-se elementos que, segundo Maldonado (1993), mostram-se fundamentais para a organização das territorialidades marítimas: a “marcação” e a “mestrança”.

“Marcar” significa orientar-se no mar, construir roteiros, criar lugares. A “marcação” é necessária para determinar bons pontos pesqueiros, mas também para contornar as surpresas e ameaças próprias à atividade. Trata-se de um conhecimento geracional acumulado e transmitido, não para todos indiscriminadamente, mas para aqueles que se demonstram aptos a assumir as funções de “mestre” das embarcações. A “mestrança” não advém assim de desejo próprio, mas resulta da competente performance de um pescador, assim como de sua lealdade ao grupo, inclusive no que tan-

ge ao repasse seguro e certo de sua sabedoria, para que tal patrimônio perdue. Dessa forma, estabelece-se a autoridade dessa figura e não pela submissão dos tripulantes às suas ordens. Tal posição de liderança não implica, todavia, em privilégio. Não exime o mestre de partilhar com seus companheiros tarefas arriscadas no barco, que pode ou não ser de sua propriedade. Ao mesmo tempo, ele é o responsável pela segurança de todos e, por conseqüência, ainda que indiretamente, pelo sustento das famílias de cada um que, além do mais, se encontram vinculadas à dele por laços de parentesco (Maldonado, op. cit.).

Silva (1989) observa que, para o pequeno pescador, não há diferença entre ter patrão e ser “escravo”; é por isso que, embora comande as jornadas marítimas, o mestre não é um patrão. Mesmo entre a fartura de uma pescaria e a penúria de uma má sorte, o pescador valoriza sua independência. Vê-se, novamente, uma hierarquia do tipo dumontiana, em que o grupo respalda e controla a atividade do mestre, porque todos estão subordinados ao “valor” absoluto que é Deus. Nesse sentido, o mestre, com sua sapiência, mas também intuições e até sonhos, surge como um mediador na dicotomia sobre-humana da sorte e do azar, que reflete, em última instância, o dilema entre a vida e a morte.

De acordo com Maldonado (Op. Cit.), a noção de sorte trabalha por proteger um “ideário de igualdade e liberdade” entre os pescadores, cuja atuação se dá num cenário de esforço árduo, concorrência permanente, incerteza de resultado, perigo incessante e possibilidade de desentendimento. A idéia de sorte promove a “partilha da informação e do risco” e faz “renovar as relações sociais”. É em virtude desse quadro que a autora aponta conveniente a designação de “competidores-cooperantes” aos pescadores, à primeira vista contraditória, mas que opera como marca da sociabilidade entre esses trabalhadores. Como competidoras por

um mesmo produto, cada embarcação busca o sucesso pela lógica do “segredo”, orientada pelo mestre, acerca dos melhores pontos pesqueiros. Tal ocultação guarda peculiaridades, pois vai além do silêncio: inclui desde considerações vagas a relatos excessivos, garantidores da fama dos pescadores como contadores de histórias exageradas. Por outro lado, como cooperadores pela vida, os grupos de trabalho não estão autorizados a sobrepor o objetivo comercial a uma ética de reciprocidade e de administração de conflitos no mar, mais rigorosa que a verificada na segurança em terra.

Como tudo isso se processa em Barra de Arapirã? Questionados sobre as tarefas do mestre, os pescadores do vilarejo oferecem as seguintes respostas: é quem estabelece o horário de trabalho; é quem se posiciona na popa da embarcação; é quem determina onde lançar a rede. Mas ninguém está obrigado a acompanhá-lo: desse modo, entende-se por que se revela comum o uso do verbo *convidar* para chamar alguém ao trabalho na vila. Antonio Marcelino Pires, o mais idoso habitante, bem explica o exercício da mestrança: “Eu já fui mestre, ordenava os trabalhos no barco. O mestre é aquele diz vamos pra lá, vamos pra cá. Na minha casa, também era assim: hora de comer, iam todos comer, hora de rezar, iam todos rezar com a mãe. Eu penso assim: todo serviço tem que ter um mestre, um que manda, senão não funciona. Uma casa tem que ter o seu mestre, o pai, a mãe, senão vira um balaio de gato”.

No *mar de fora*, mestres e seus camaradas orientam-se especialmente por pontos situados na terra – morros, árvores, edificações –, mas estrelas em posição de destaque no céu também podem ser bons auxiliares. A entrada e a saída da barra, por exemplo – momentos cruciais das jornadas de trabalho, não raros recheados de neblina –, são reconhecidas pelos altos arbustos do quintal da Família Dias, vizinhos dos barreiros que vivem na Praia Deserta, próxima ao vilarejo.

Os locais de concentração de cardumes, por sua vez, são do mesmo modo identificados por pontos situados no ambiente terrestre. A *casa branca*, recorrentemente citada pelos pescadores, é um deles. Surpresa minha foi descobrir que essa construção, há muitos anos, não existe mais. Localizava-se na metade dos 38 quilômetros da Praia Deserta e sediava o escritório da Companhia Agropastoril Litorânea do Paraná, a empresa que nos anos 80 invadiu terras na região. A presença estrangeira, institucionalizada, indica ter marcado a memória local. O banco pesqueiro onde predomina maior competição, contudo, é a Ilha da Figueira que, por seu caráter natural pedregoso, mostra-se inadequada à habitação humana<sup>15</sup>. Ali, atualmente, concentram-se não só barcos da Barra de Ararapira, mas de diversos locais, tanto do litoral paranaense, quanto de estados vizinhos. Um cenário viabilizado pela existência das embarcações a motor – a remo era impensável aos barreanos alcançar essa ilha, quanto mais àqueles oriundos de outras localidades.

A pesca motorizada, entretanto, não extinguiu as canoas a remo: em Barra de Ararapira, há um contingente significativo de trabalhadores que atua ainda exclusivamente com elas e alimenta o sonho de, um dia, adquirir embarcações a motor. Sendo assim, mostra-se interessante analisar os procedimentos de marcação atuais também no *mar de dentro*, espaço por excelência do remo. No interior, embora parecida com aquela do grande oceano, a marcação guarda particularidades. Visualizar o estado da água e sentir movimento do remo são fundamentais porque, ao contrário do *mar de fora*, a profundidade varia muito – há locais bastante rasos, onde não existem peixes. Essa configuração guarda certa relação com a dinâmica da barra, pois os bancos de areia construídos por ela invadem o *rio* e agravam o assoreamento. O surgimento do motor também determinou o ingresso de embarcações estrangeiras no *mar de*

*dentro*. Especialmente no verão, o *rio* se enche de lanchas de turistas, que vão e vem em velocidade, por fora dos canais delimitados pelos pescadores, o que destrói redes ali instaladas. Um tráfego nada parecido com o do *tempo de primeiro*.

Falar de competição entre embarcações nativas e estrangeiras é fácil. Nesse sentido, as queixas dos pescadores são constantes. Na Ilha da Figueira, relatam, às vezes é tanta gente – embarcações do lugar, barcos de outras vilas, grandes pesqueiros, lanchas turísticas, mergulhadores – que soltar uma rede se torna um procedimento complicado. Contudo, os barreanos destacam sua habilidade: saem ganhando da concorrência, pois seu amplo conhecimento territorial os permite acertar ainda que de longe o *lanço* – denominação nativa do ato de lançar a rede. Difícil, entretanto, é tratar sobre competição entre as embarcações nativas. Percebe-se aí a intensidade da contraditória relação entre a necessidade de segredo para o sucesso de uma pescaria e o imperativo de solidariedade configurado pelos riscos do trabalho no mar, como também as afetividades entre parentes, compadres e vizinhos.

De uma forma geral, quando questionados sobre o segredo, os pescadores respondem: “Eu não guardo, mas tem gente que guarda sim, informa errado. Mas eu não faço isso”. Uma situação exemplar: numa das manhãs do trabalho de campo, recebi a notícia de que dois pescadores, numa canoa a remo, tinham obtido num único lanço 500 quilos de parati, peixe típico do *mar de dentro*. Algo assim não se via há tempos: o resultado mais comum numa empreitada como essa gira em torno de 50 a 100 quilos. A dupla veio se equilibrando, na embarcação a remo lotada, até a terra firme. Foi uma comemoração só. Tamanha a quantidade, muita gente foi ajudar a *despescar*, isto é, retirar os peixes da rede. Cada pessoa recebeu pelo auxílio seu *quinhão*, termo utilizado para

caracterizar a divisão da produção pesqueira entre aqueles que dela participam. Nessa data, até mesmo eu vim a ganhar peixe do *lanço* para o almoço. Dias depois conversei com outro pescador sobre o feito, ao que ele comentou: “Disseram que o lanço foi no leste, mas na verdade ocorreu no sul”.

Aos pescadores, indica ser constrangedor posicionar-se publicamente como partidário do segredo. Apenas um chegou a me dizer claramente: “O pescador é safado pra caramba. É difícil contar a verdade. O pessoal daqui vê a gente pescando e acaba sabendo. Mas se a gente fala pra turma de fora, enche de barcos no mesmo lugar”. Quem me revelou certos detalhes acerca de conflitos por espaços marítimos foi uma mulher, numa conversa reservada. Quanto a essa questão, novamente, colocam-se singularidades próprias a cada um dos domínios da territorialidade marítima local.

No *mar de dentro*, cada grupo pesqueiro possui áreas específicas que costuma explorar. Caso tal configuração seja desrespeitada, as contendas se mostram mais abertamente que no *mar de fora*, especialmente nas grandes safras de tainha e robalão, esta última, a espécie mais buscada durante o verão. Como dito antes, enquanto em mar aberto todo lugar é fundo, no interior os bancos de areia estão em constante movimento, o que obriga uma redefinição de espaços periódica entre as canoas a remo.

No *mar de fora*, a boa profundidade permite uma disposição mais livre das embarcações motorizadas, porém, o número de barcos aumenta. Por conseguinte, as estratégias de discricção vão variar de acordo com cada temporada. A sororoca, que aparece no inverno, ocorre de maneira abundante, de modo que é possível colocar praticamente uma rede do lado da outra. Há vezes em que o volume é tanto que derruba rapidamente o preço. O robalão e o cação, por exemplo, típicos da época de calor, ao contrário, não são tão fáceis de encontrar e,

por isso, a busca deles é mais envolta de segredo. Facilidade em guardá-lo, entretanto, nem sempre há, por conta das próprias relações sociais entre os grupos de pesca do vilarejo.

Todavia, diante das embarcações estrangeiras, a ocultação se impõe fortemente. Pode acontecer que estas encontrem, por acaso, a rede de um barreano. Pode ser que se furem à ética local e mexam na rede. Mas o dono com certeza vai perceber, porque sabe como ninguém onde e como dispôs seu instrumento. O proprietário, sobretudo, conhece a sua rede, cujas bóias têm as iniciais de seu nome e barco. E, apesar dos benefícios industriais ao processo de confecção, o toque ainda artesanal do pescador permite que uma rede nunca seja igual à outra<sup>16</sup>. Nada, contudo, parece valer um conflito aberto no *mar de fora*, onde o perigo é mais iminente que no *mar de dentro*. Isso os pescadores dizem claramente: “Mesmo que seja seu inimigo, se ficar sem motor, você é obrigado a rebocar e trazer lá de fora”; “Lá fora, a gente precisa um do outro”. Em terra, por outro lado, as disputas encontram espaço seguro para se evidenciar.

Caso emblemático nesse sentido protagoniza a Família Dias, que vive na fronteira com Barra de Ararapira, na Praia Deserta. Seu patriarca, o finado Antonio Dias, é muito lembrado na região pela postura violenta diante daqueles que desafiavam seu território, comportamento este mantido por seus descendentes. Pescadores do vilarejo contam que, enquanto estendem redes no *mar de fora*, deparam-se cotidianamente com membros da família no quintal, sinalizando para que os petrechos sejam retirados da área na direção da residência.

Os Dias não deixam seu descontentamento barato: já fizeram denúncias na delegacia de Guaraqueçaba, aos quais os barreanos tiveram que responder. Estes argumentam não invadir o território da família, que pesca somente na *costa* e não no mar aberto. Na vila, a discordân-

cia quanto às ameaças perpetradas pelos Dias é geral, mas há quem encontre uma explicação plausível para sua origem. Disseram-me: “Se o falecido Antonio Dias não defendesse o território a arma, não tiraria um peixe para sua família, pois ali é o lugar onde mais dá e estavam invadindo. Ainda que o pessoal da Barra só pesca aqui mesmo, mas esses de Guaratuba, da Barra do Superagüi, de Pontal do Sul [outras localidades do litoral paranaense], vão por tudo”.

Em meio à territorialidade marítima gerenciada pelos pescadores, faz-se necessário ainda apontar os mecanismos de manejo advindos da legislação ambiental, com os quais eles se defrontam. O mais citado compõe-se da área demarcada e dos instrumentos delimitados pelo governo federal para a pesca de manjuba (Brasil, 2005). Trata-se de uma espécie obtida na *mar de dentro*, com um petrecho específico, a *rede de filó*, que atualmente poucos possuem no vilarejo. A manjuba indica outrora ter sido mais buscada por esses trabalhadores; hoje, figura apenas como uma alternativa. A situação do *cerco*, armadilha de pesca instalada em mar de interior, também merece notação. Em 2004, a legislação o vetou no Estado do Paraná, por considerá-lo prática predatória tanto da vida no mar quanto da floresta (Brasil, 2004)<sup>17</sup>. Por outro lado, em virtude de posicionamentos político-ideológicos, permanece permitido em São Paulo – logo à frente de Barra de Ararapira (São Paulo, 1998).

## Considerações finais

Os índices espaciais informam os nativos, e também os cientistas, sobre algo que inevitavelmente vai acontecer, mais cedo ou mais tarde: a barra atual se fechará para a abertura de uma nova. Pesquisas de Angulo, Souza e Müller (2009) prevêem que esse evento ocor-

rerá entre os anos 2012 e 2016. E, dessa vez, segundo eles, será diferente: a desembocadura sairá da direção sul, em se encontra há cerca de 700 anos, para se estabelecer ao norte. Como dito, sucessivas ressacas devem abrir um canal de largura semelhante ao atual, em torno de 1 quilômetro, na altura do vilarejo paulista da Enseada da Baleia.

Em virtude disso, prognostica-se que uma extensão de terra, de aproximadamente seis quilômetros, se desprenda da Ilha do Cardoso para se grudar à Ilha do Superagüi. Esse acontecimento de peso seria capaz de reabrir a discussão relativa às divisas estaduais, à exploração de poços de petróleo ali existentes, como também aos limites das unidades de conservação locais – o Parque Nacional do Superagüi é vizinho do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, estabelecido em 1962 na ilha homônima, também com decorrentes conflitos socioambientais. Os pesquisadores crêem que legisladores não consideraram a contento a mobilidade da costa na demarcação territorial<sup>18</sup>.

De acordo com os barreiros, que vai *furar* outra barra é certo, mas uma data específica, poucos arriscam. “Pode ser mais rápido como não, não tem como saber, é a natureza”, disse-me Rubens. O fato é que a paisagem vem mudando e, com ela, a territorialidade marítima precisa ser constantemente atualizada. Os pescadores costumam dizer que, em Barra de Ararapira, está cada vez mais difícil *sair para fora*, ou seja, alcançar o oceano aberto para pescar. Primeiro, porque é necessário contornar, no *mar de dentro*, os bancos de areia – chamados *coroas* por conta do destaque que alcançam quando a maré está baixa. Segundo, porque a barra, cada vez mais assoreada e rasa com a proximidade de seu fechamento, gera forte arrebentação e maior perigo em sua passagem.

Poderia se conjecturar que o fechamento da barra atual seria capaz manter de pé as edificações da área mais afetada pelo processo erosivo,

como as de propriedade de Rubens. Angulo, Souza e Müller (2009) alertam, todavia, que a mudança da desembocadura deve diminuir a energia da água circulante no mar de interior das proximidades da vila, de modo que boa parte de seu território vire mangue. Com o mangue, avançam os mosquitos, motivadores de deslocamento populacional. Além disso, a saída para o *mar de fora* ficará seis quilômetros mais afastada do vilarejo. Os nativos é que se deram conta desses fatos muito antes e então advertiram os estudiosos. Cogitam que, nessa nova condição, o gasto com combustível para chegada ao oceano não compense permanecer no local. Ou seja, não será mais possível “sair na certeza” para o mar aberto, como disse um nativo. “É o êxodo. A gente acompanha o movimento da barra, não tem alternativa”, falou-me Adirson Muniz; “A barra é a nossa bússola”, destacou Santiro.

Entre os habitantes, as especulações sobre o que vai acontecer são constantes. Alguns dizem, nostálgicos, que talvez o fechamento da barra seja capaz de trazer de volta a linda praia defronte à vila, aos poucos *comida* pela maré. Em muitas fotografias, vi adultos de hoje ainda crianças, brincando nessa praia. Outros são mais fatalistas: “Acho que daqui uns anos esse lugar não vai mais existir”, afirmou para mim Marcio. A mudança gera apreensão, mas, ao mesmo tempo, os moradores acreditam que, como seus antepassados, vão conseguir dar conta de tudo isso.

O aprofundamento das características inerentes ao conjunto *mar de dentro/barra/mar de fora*, que se intentou aqui, desvela um pressuposto essencial: o território ocupado por uma dada coletividade não pode ser visualizado unicamente por sua face material, porque a funcionalidade dele para seus ocupantes vai além da existência de recursos garantidores da sobrevivência. A complexidade da barra traz à tona para aqueles que com ela vivem questões origi-

nárias, imprescindíveis à trajetória humana: de onde viemos? O que de fato fazemos aqui? Para onde vamos? Esse conteúdo ontológico faz desse espaço um bem não alienável, posto que seu valor em termos mercadológicos mostra-se incomensurável.

Nesse cenário, a abertura da nova barra será mais um desafio aos habitantes do vilarejo. Porém, desafio talvez maior encontre o poder público diante desse evento, haja vista sua obsessão em demarcar e controlar o espaço, revelando assim uma incapacidade em lidar com aquilo que o papel, no qual escreve suas leis, não abarca: o transitório e complexo mundo real.

**Brush that turns into sea, sea that turns into brush: territory in movement at the fisherman village of Barra de Ararapira (Ilha do Superagüi, Guaraqueçaba, Paraná)**

**abstract** Located on the Superagüi Island, in Paraná State (Brazil), Barra de Ararapira's fishing village is a territory in constant change. A natural erosion process – originates in a place called 'barra' – imposes on its inhabitants the need for periodic transfer of constructions on land and fishing routes. In 1997, with the enlargement of the Superagüi National Park, Barra de Ararapira was included within this protected area. Whose limits are given by some fixed coordinates that not match with the mobility of the village territory. the clash between two distinct rationalities, then, occurs: on one hand, a group with strong ties to their place thanks to the constant exercise of memory exercise. On the otherhand, a public policy in which national parks are strictly protected areas where human action is forbidden to ensure the planet future.

**keywords** Traditional people and communities. Territoriality. Environment. Conservation units. Landed conflicts.

## Notas

1. O trabalho de pesquisa se deu em diferentes incursões a campo, realizadas entre os anos de 2008 e 2009.
2. Cf. Brasil (1989) e (1997).
3. Para registros do conflito, cf. Von Behr (1997) e Muniz (2008).
4. Cf. CPC/SEEC (1985).
5. Apenas muito pontual e recentemente, o Estado brasileiro reconheceu de maneira formal a existência de territorialidades diferenciadas, que permaneciam organizadas sob normas consuetudinárias próprias, a despeito da tentativa oficial de naturalização de apenas dois modelos de enquadramento espacial no país: a terra pública e a propriedade privada. Refiro-me ao lançamento da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Brasil, 2007). Tal instrumento, contudo, encontra-se ainda mais no plano da intencionalidade que da efetividade no que tange às garantias territoriais dessas coletividades singulares.
6. Não farei referências temporais aos percursos, uma vez que as durações variam conforme o tipo de embarcação utilizada em cada um, bem como segundo as condições climáticas disponíveis.
7. Daqui em diante, utilizarei 'Barra' em maiúscula para referência à vila de pescadores e 'barra' em minúscula para menção à desembocadura.
8. Portanto, conforme me explicou o oceanógrafo Marcelo Müller, pesquisador da região, esse processo não está ligado às mudanças climáticas ocasionadas pelo aquecimento global do planeta. Decorre, sim, da dinâmica que é própria das costas marítimas (Comunicação pessoal).
9. Muniz (2008), historiador guaraqueçabano, situa Ararapira como importante entreposto comercial entre o século 19 e início do 20, quando o transporte marítimo era a opção diante de eixos rodoviários incipientes. A hoje desocupada vila conquistou uma estrutura ainda única na região: possuía delegacia, cartório, escola até a 8ª série, casas de comércio, motor a diesel para iluminação e linha de transporte de passageiros, que atendia em torno de 500 habitantes. Por conta disso, os atuais moradores de Barra de Ararapira costumam lembrar-se dela como uma "cidadezinha". Fatores múltiplos conduziram o esvaziamento do antigo povoado: disputas territoriais entre paulistas e paranaenses no início do período republicano, com vitória destes últimos e um conseqüente declínio do comércio; avanço da pesca industrial sobre os mares utilizados pelos nativos; tentativas de grilagem; restrições ao uso da terra advindas com a legislação ambiental e também a intensa dinâmica costeira da região. Na década de 90, partiu dali o último morador. O que restou em Ararapira foi o cemitério, onde eram e continuam sendo sepultados os habitantes de toda a redondeza, inclusive dos núcleos pescadores paulistas.
10. Rubens vem registrando desde 1996 a história de Barra de Ararapira nesse manuscrito, o qual teve a oportunidade de digitalizar durante o trabalho de campo.
11. Cf. figura explicativa a seguir.
12. Informação obtida em comunicação pessoal com o oceanógrafo Marcelo Müller.
13. Atualmente, os pescadores barreanos utilizam duas espécies de embarcações motorizadas: as canoas, de tamanho superior àquelas movidas a remo, e os botes, maiores que as canoas.
14. Durante o trabalho de campo, também digitalizei esses escritos de Santiro, que datam desde 2006.
15. Para verificar localização aproximada dessa ilha, cf. "Mapa Falado" de Müller (2007), outrora apresentado.
16. Atualmente, as malhas, bóias e cortiças das redes, antes elaboradas com recursos naturais da região, são adquiridas prontas como produtos industrializados. O processo de *entralhar*, porém, permanece inteiramente artesanal: consiste em juntar as malhas, bem como agregar a elas bóias e cortiças, em quantidade adequada às profundidades e espécies marítimas desejadas para captura.
17. O *cercos* constitui-se de estacas bem juntas fincadas na água que formam um compartimento, cuja abertura afunilada facilita a entrada do peixe e o pouco espaço livre no interior dificulta sua saída, haja vista o animal não conseguir dar "marcha a ré". A título de comparação, no linguajar nativo, enquanto a *rede de lanço mata* 100 quilos de pescado no *rio*, o *cercos mata* 600. Apesar da inquestionável rentabilidade, os posicionamentos dos pescadores divergem. Houve quem se declarasse contrário à prática por temor às restrições ambientais, mas também pelo grande trabalho de manutenção e pelo desmatamento excessivo para obtenção da matéria-prima de construção da armadilha. Importa notar que, se no *tempo de primeiro* os cercos eram comunitários, aos poucos foram se tornando individuais, como parte de um contexto de recrudescimento da concorrência com o ingresso das embarcações motorizadas.
18. Para verificar simulação de abertura da nova barra, retomar figura de Müller (2007), apresentada anteriormente.

## Referências bibliográficas

- ADAMS, Cristina. *Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2000.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de Quilombos, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2 ed. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2008.
- ANGULO, Rodolfo José. Aspectos físicos das dinâmicas de ambientes costeiros, seus usos e conflitos. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 10, p. 175-185, jul./dez. 2004.
- \_\_\_\_\_; SOUZA, Maria Cristina de; MÜLLER, Marcelo Eduardo. Previsão e conseqüências da abertura de uma nova barra no Mar do Ararapira, Paraná-São Paulo, Brasil. *Quaternary and Environmental Geosciences*, Curitiba, vol. 1, n. 2, p. 67-75. 2009.
- BAZZO, Juliane. *Mato que vira mar, mar que vira mato: o território em movimento na vila de pescadores da Barra de Ararapira (Ilha do Superagüi, Guaraqueçaba, Paraná)*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná, 2010.
- BRASIL. Decreto n. 97.688, 25 abr. de 1989. Cria o Parque Nacional do Superagüi. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 abr. Disponível em: [www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1989/decreto-97688-25-abril-1989-448079-publicacao-1-pe.html](http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1989/decreto-97688-25-abril-1989-448079-publicacao-1-pe.html). Acesso em: Jun. 2010.
- \_\_\_\_\_. Senado Federal. *Diário do Senado Federal.*, Parecer n. 276. 29 maio de 1996. Documento impresso.
- \_\_\_\_\_. Lei n. 9.513, 20 nov. de 1997. Amplia os limites do Parque Nacional do Superagüi. *Diário Oficial da União*, Brasília, 21 nov. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19513.htm). Acesso em: Jun. 2010.
- \_\_\_\_\_. Lei n. 9.985, 18 jul. de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. *Diário Oficial da União*, Brasília, 19 jul. Disponível em: [www.ibama.gov.br/parna\\_itatiaia/download.php?id\\_download=158](http://www.ibama.gov.br/parna_itatiaia/download.php?id_download=158). Acesso em: Maio 2008.
- \_\_\_\_\_. Decreto n. 4.340, 22 ago. de 2002. Regulamentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 ago. Disponível em: [www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/2002/D4340.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/2002/D4340.htm). Acesso em: Maio 2008.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. Instrução normativa n. 29, 06 dez. de 2004. *Diário Oficial da União*, Brasília, 07 dez. Disponível em: [www.ibama.gov.br/recursospesqueiros/wp-content/files/inmma\\_29\\_2004.pdf](http://www.ibama.gov.br/recursospesqueiros/wp-content/files/inmma_29_2004.pdf). Acesso em: Jul. 2008.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. Instrução normativa n.15, 16 jun. de 2005. *Diário Oficial da União*, Brasília, 17 jun. Disponível em: [www.ibama.gov.br/rec\\_pesqueiros/legislacao.php?id\\_arq=123](http://www.ibama.gov.br/rec_pesqueiros/legislacao.php?id_arq=123). Acesso em: Jul. 2008.
- \_\_\_\_\_. Decreto n. 6.040, 07 fev. de 2007. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União*, Brasília, 08 fev. Disponível em: [www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-de-articulacaoinstitucional-e-parcerias/povos-e-comunidades-tradicionais1/decreto\\_6040\\_2007\\_pnpct.pdf/view](http://www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-de-articulacaoinstitucional-e-parcerias/povos-e-comunidades-tradicionais1/decreto_6040_2007_pnpct.pdf/view). Acesso em: Abr. 2008.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2007 [1980].
- CPC/SEEC. *Ilha do Superagüi*. Registro de tombamento. 1985. Disponível em: [www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=54](http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=54). Acesso em: Jul. 2009.
- DANIEL, E. Valentine. “Violent measures, measured violence”. In: *Charred lullabies: chapters in an anthropography of violence*. Princeton: University Press, 1996. p. 73-103.
- IBAMA. *Ata 02 reunião março 06-1.doc. Ata de reunião ordinária do Conselho Consultivo do Parna do Superagüi*. Guaraqueçaba, mar., 2006a. 14.699 caracteres. Microsoft Word.
- \_\_\_\_\_. *ATA 22.08.2006.doc. Ata da reunião ordinária do Conselho Consultivo do Parna do Superagüi*. Guaraqueçaba, ago., 2006b.18.348 caracteres. Microsoft Word.
- LEACH, Edmund Ronald. *Pul Eliya, a village in Ceylon: a study of land tenure and kinship*. Cambridge: University Press, 1971.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. “A estrutura dos mitos”. In: *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, s/d [1955]. p. 237-265.
- LITTLE, Paul Elliot. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*, Brasília, n. 322, 2002.
- MALDONADO, Simone. *Mestres & mares: espaço e divisão na pesca marítima*. 2 ed. São Paulo: AnnaBlume, 1993.
- MAUSS, Marcel. *Manual de etnografia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993 [1967].
- MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno. *Genete das areias: história, meio ambiente e sociedade no*

- litoral brasileiro. Maricá, RJ - 1975 a 1995. Niterói: EdUFF, 2004.
- MUELLER Marcelo; et al. *Análise das variações da linha de costa nas margens do Mar do Ararapira*. Relatório de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geologia, Laboratório de Estudos Costeiros, Universidade Federal do Paraná, s/d. 10.680 caracteres. Microsoft Word. Não paginado.
- \_\_\_\_\_. *Análise das variações da linha de costa nas margens do Mar do Ararapira como subsídio ao planejamento do uso e ocupação*. Monografia de Graduação, - Curso de Oceanografia, Universidade Federal do Paraná, 2007.
- MUNIZ, José Carlos. *Vila de Ararapira - desenvolvimento e abandono: um estudo a partir da memória oral de ex-moradores*. Monografia de Graduação, - Curso de Licenciatura em História, Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, 2008.
- MUNIZ, Rubens Jorge. *História de Barra de Ararapira*. Manuscrito nativo, s/d. Não paginado.
- PEIRCE, Charles Sander. The principles of phenomenology. In: BUCHLER, Justus. (Org.). *Philosophical writings of Peirce*. New York: Dover Publications, 1955. p. 74-97.
- PIRES, Santiro Matildo. *Tempo e maré*. Manuscrito nativo, s/d. Não paginado.
- RAMOS, Alcida Rita. *Indigenism: ethnic politics in Brazil*. Madison: University of Wisconsin Press, 1998.
- SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente. *Lei n. 10.019, 03 jul de 1998. Dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências*. Disponível em: [http://homologa.ambiente.sp.gov.br/ger\\_costeiro/lei\\_n10019.htm](http://homologa.ambiente.sp.gov.br/ger_costeiro/lei_n10019.htm). Acesso em: Abr. 2010.
- SILVA, Gláucia Oliveira da. *Tudo que tem na terra tem no mar: a classificação dos seres vivos entre trabalhadores da pesca em Piratininga, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Funarte, Instituto Nacional do Folclore, 1989.
- VON BEHR, Miguel. *Guarakessaba, Paraná, Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Empresa das Artes, 1997.
- WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico* 87, Brasília, p. 11-73. 1990.

**autora**            **Juliane Bazzo**

Mestre em Antropologia Social / UFPR

*Recebido em 03/03/2011*

*Aceito para publicação em 26/09/2011*